

O PRINCÍPIO DA CONFIANÇA: PROTEÇÃO E TÓPICA JURISPRUDENCIAL DOS CONTRATOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR

*PRINCIPLE OF REABILITY: PROTECTION AND
CASE LAW IN CONTRACTS OF SUPPLEMENTAL HEALTH SERVICES*

PATRÍCIA CÂNDIDO ALVES FERREIRA

Mestra em Direito do Trabalho e da Seguridade Social pela Faculdade de Direito (Largo São Francisco) da Universidade de São Paulo – USP. Assessora de Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ. Ex-assistente de Ministro do Supremo Tribunal Federal- STF.
altzh@hotmail.com

Recebido em: 09.12.2014

Aprovado em: 02.01.2015

ÁREA DO DIREITO: Civil; Consumidor

RESUMO: Na sociedade de risco, o princípio da confiança tem inegável relevância, particularmente pela crescente ruptura da liberdade contratual. A confiança tem como função primordial infundir maior segurança às relações jurídicas. Nos contratos de massa, é comum a quebra da confiança superveniente à celebração do contrato de adesão, haja vista o descumprimento (por impossibilidade ou recusa) de obrigações contratuais. Tal situação advém, muitas vezes, do uso desvirtuado da *informação* para obter a confiança necessária à adesão do consumidor ao contrato. Assim, este estudo analisa os principais aspectos do princípio da confiança, em especial no tocante à jurisprudência pátria sobre os contratos de saúde suplementar (típico exemplo de contrato de massa).

PALAVRAS-CHAVE: Princípio da Confiança – Boa-fé – Contrato de prestação de serviços de saúde – Saúde suplementar – Jurisprudência brasileira.

ABSTRACT: In the risk society the principle of trust has undeniable significance, particularly by increasing the rupture of freedom of contracts. The main function of the trust is infuse greater certainty to legal relations. After mass contracts acceptance, the breakdown of trust is common in contractual obligations non-compliance (for inability or refusal). This situation often is caused by fraudulent use of consumer information standards in adhesion contracts. So this study analyzes the mains aspects of the principle of trust, with a special reference to the Brazilian contracts supplemental health jurisprudence (a typical example of an adhesion contract).

KEYWORDS: Principle of Trust – Good Faith – Contract Health Services – Supplemental Health – Brazilian Case law.

FERREIRA, Patrícia Cândido Alves. O princípio da confiança: proteção e tópica jurisprudencial dos contratos de saúde suplementar. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*. n. 2. v. 2 p. 83-107. São Paulo: Ed. RT, jan.-mar. 2015.

Mas não se tutela o excesso de confiança ou as expectativas fáticas (mesmo nos contratos de consumo, em que um dos polos é vulnerável). Não se espera seja a confiança utilizada, *a contra sensu*, para gerar insegurança jurídica, designadamente no domínio das cláusulas contratuais não negociadas, nas quais a jurisprudência mais paternalista poderá adotar soluções gravosas para as operadoras em sentido amplo, inviabilizando o cumprimento do objetivo social a que se prestam.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Pedro. In: BONFIOLI, Elizabeth Alvim (org). *O seguro e o novo Código Civil*. Rio janeiro: Forense, 2007.
- ARAÚJO FILHO, Raul. Planos de saúde: cláusulas limitativas e de reajuste de prêmio por mudança de faixa etária. In: MUSSI, Jorge; SALOMÃO, Luis Felipe; MAIA FILHO, Napoleão Nunes (orgs.). *Estudos jurídicos em homenagem ao Ministro Cesar Asfor Rocha*. Ribeirão Preto: Migalhas, 2012. vol. 3.
- ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito civil – Teoria geral: relações e situações jurídicas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. vol. 3.
- AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Insuficiências, deficiências e desatualização do Projeto de Código Civil na questão da boa-fé objetiva nos contratos. *Revista dos Tribunais*. vol. 89. n. 775. p. 11-17. São Paulo: Ed. RT, maio 2000.
- _____. Natureza jurídica do contrato de consórcio. Classificação dos atos jurídicos quanto ao número de partes e quanto aos efeitos. Os contratos relacionais. A boa-fé nos contratos relacionais. Contratos de duração. Alteração das circunstâncias e onerosidade excessiva. Sinalagma e resolução contratual. Resolução parcial do contrato. Função social do contrato. *Revista dos Tribunais*. vol. 832. p. 115-138. São Paulo: Ed. RT, fev. 2005.
- _____. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BETTI, Emilio. *Teoria generale del negozio giuridico*. 2. ed. Turim: Unione Tipografico/Editrice Torinese, 1960. t. 1.
- CANARIS, Claus-Wilhelm. *Die Vertrauenshaftung im deutschen Privatrecht*. München: C. H. Beck, 1971.
- _____. *Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito*. 5. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2012.
- CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de direito do consumidor*. São Paulo: Atlas, 2008.
- COSTA, Mariana Fontes da. O dever pré-contratual de informação. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*. p. 367-394. Coimbra, 2007.
- COUTO E SILVA, Clóvis do. *O princípio da boa-fé no direito brasileiro e português. Estudos de direito civil brasileiro e português*. São Paulo: Ed. RT, 1980.

FERREIRA, Patrícia Cândido Alves. O princípio da confiança: proteção e tópica jurisprudencial dos contratos de saúde suplementar. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*. n. 2. v. 2 p. 83-107. São Paulo: Ed. RT, jan.-mar. 2015.

- DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. *A proteção contra as cláusulas abusivas no Código Civil*. São Paulo: Atlas, 2007.
- DIEZ-PICAZO, Luis; GULLON, Antonio. *Sistema del derecho civil: contratos en especial*. 10. ed. Madri: Tecnos, 2012. vol. II, t. 2.
- FRITZ, Karina Nunes. A responsabilidade pré-contratual por ruptura injustificada das negociações. *Revista dos Tribunais*. vol. 883. ano 98. p. 1-35. São Paulo, maio 2009.
- GOMES, Orlando. *Introdução ao direito civil*. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- LARENZ, Karl. *Base del negocio jurídico y cumplimiento de los contratos*. Madri: Revista de Derecho Privado, 1953.
- LOPES, José Reinaldo de Lima; GARCIA NETO, Paulo Macedo. Consumidores de planos de saúde (ou, doente também tem direitos) – uma revisão. *Saúde e responsabilidade 2: a nova assistência privada à saúde*. São Paulo: Ed. RT, 2008.
- LOPEZ, Teresa Ancona. *Exercício do direito e suas limitações: abuso do direito. Responsabilidade civil: estudos em homenagem ao Professor Rui Geraldo Camargo Viana*. São Paulo: Ed. RT, 2009.
- LUHMANN, Niklas. *Confianza*. Barcelona: Anthropos, 1996.
- _____. *Trust and power*. Chichester: John Wiley, 1979.
- MARTINS-COSTA, Judith H. *A boa-fé no direito privado*. São Paulo: Ed. RT, 1999.
- MELLO, Marco Aurélio. *Saúde suplementar, segurança jurídica e equilíbrio econômico-financeiro. Planos de saúde: aspectos jurídicos e econômicos*. In: CARNEIRO, Luiz Augusto Ferreira et al (org. e coord.). Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2012. p. 3-15.
- MENEZES CORDEIRO, António. *Da boa-fé no direito civil*. Coimbra: Almedina, 1984.
- _____. *Tratado de direito civil português*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2009. tomo 1.
- MOTA PINTO, Carlos Alberto da. *Teoria geral do direito civil*. 4. ed. Coimbra: Coimbra, 2005.
- MOTA, Maurício. *Questões de direito civil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- PINTO OLIVEIRA, Nuno Manuel. *Princípios de direito dos contratos*. Coimbra: Coimbra, 2011.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*. 1. ed. Campinas: Bookseller, 2006. tomo 45.
- REALE, Miguel. *O Projeto do novo Código Civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- SCAFF, Fernando Campos. A responsabilidade do empresário pelo fato do produto e do serviço, do Código Civil ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor. *Revista dos Tribunais*. vol. 737. ano 86. p. 23-33. São Paulo: Ed. RT, mar. 1997.

_____. *Direito à saúde no âmbito privado: contratos de adesão, planos de saúde e seguro-saúde*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Eva Sônia Moreira da. *Da responsabilidade civil pré-contratual por violação dos deveres de informação*. Coimbra: Almedina, 2006.

PESQUISAS DO EDITORIAL

Veja também Doutrina

- A nova força obrigatória dos contratos e o princípio da confiança no ordenamento jurídico brasileiro: análise comparada entre o CDC e o CC/2002, de Marília Zanchet – *RDC* 58/116 (DTR\2006\255);
- A proteção das expectativas legítimas derivadas das situações de confiança: elementos formadores do princípio da confiança e seus efeitos, de Gerson Luiz Carlos Branco – *RDPriv* 12/169 (DTR\2002\459);
- As cláusulas abusivas nos contratos de planos privados de assistência à saúde: uma proposta de sistematização, de João Neumann Marinho da Nóbrega – *RDPriv* 23/102 (DTR\2005\458);
- Direito à saúde e a iniciativa privada: o dever estatal e a limitação dos contratos de planos de saúde, de Felipe Carnelossi Furlaneto – *RDPriv* 42/185, *Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos* 3/397 (DTR\2010\398);
- Lei de Planos de Saúde (Lei 9.656/98): dez anos depois, de Amanda Flávio de Oliveira – *RDC* 67/50 (DTR\2008\403);
- O futuro que queremos para a regulação da saúde suplementar, de Maria Stella Gregori – *RT* 925/147 (DTR\2012\450897); e
- O paciente hipervulnerável e o princípio da confiança informada na relação médica de consumo, de Maurilio Casas Maia – *RDC* 86/203 (DTR\2013\3074).